



PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE
Secretaria de Finanças

RESPOSTA AO PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO Nº 2024000450060010305

Setor responsável pela resposta: Secretaria Executiva de Tributação

Data de Entrada: 15/01/2024 17:25:55

Descrição da solicitação: Favor, esclarecer por que não é possível emitir documento para pagamento do IPTU atrasado no início do mês, com vencimento para o final do mês. Ressalto que tal procedimento é possível a partir do dia 11 do mês, porém do dia 01 ao dia 10 só é possível emitir com a data de vencimento do dia.

Resposta: Prezado (a)

A forma da disponibilidade da emissão nos canais digitais estão em conformidade com as regras estabelecidas na lei orgânica do município, Código Tributário Municipal - CTM, (Lei 15.563/91). A finalidade das travas é induzir o contribuinte a garantir o direito aos benefícios, pagando na data estabelecida e a não sofrer penalidades, escolhendo e pagando em data posterior ao dia 10 de cada mês.

O art. 34, parágrafos 1º, 2º e 3º citam as definições para o recolhimento e os descontos, conforme disposto abaixo:

Art. 34. O recolhimento do imposto será efetuado nos órgãos arrecadadores, na forma definida pelo Poder Executivo.

§ 1º A autoridade superior da Secretaria de Finanças fixará, anualmente, a forma de pagamento do imposto e o respectivo vencimento.

§ 2º Na hipótese de o lançamento ser efetuado em cota única e em parcelas, ao contribuinte que recolher até a data do vencimento o total do imposto lançado, será concedido o desconto de 5% (cinco por cento).

§ 3º Aos contribuintes do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU que tiverem pago seus débitos ou regularizado sua situação fiscal até 30 de novembro de cada exercício, será concedida no exercício subsequente, uma redução de 10% (dez por cento) da parcela única ou 5% (cinco por cento) de cada prestação do lançamento parcelado, caso o pagamento deste tributo seja efetuado até a data do vencimento.

A forma definida pelo Poder Executivo é por meio de Portaria, esse ano a Portaria nº 47, de 13 de novembro de 2023, definiu a data:

Art. 1º O prazo para pagamento, em cota única, do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e da Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de Resíduos Sólidos Domiciliares (TRSD) relativos ao exercício de 2024, para todos os imóveis e distritos, vence em 10 (dez) de fevereiro de 2024.

Parágrafo único. O sujeito passivo poderá optar pelo pagamento do valor do IPTU e da TRSD em até 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas, com vencimento da primeira parcela no dia 10 (dez) de fevereiro de 2024 e das demais no dia 10 (dez) dos meses subsequentes.

Ps. Passando da data estabelecida os valores sofrem acréscimo de juros e multa e perdem o desconto.

Atenciosamente,

Secretaria de Finanças.